DIGITALSIGN CERTIFICAÇÃO DIGITAL LTDA.
(AC DIGITALSIGN)

POLÍTICA DE CERTIFICADO DE SELO ELETRÔNICO
== TIPO SE-S ==

OID 2.16.76.1.2.201.16
VERSÃO 1.0
11/03/2026

HISTÓRICO DE VERSÕES

Data	*Versão*	*Observações*
11/03/2026	1.0	Redação Inicial

AVISO LEGAL

Copyright © DigitalSign Certificação Digital LTDA. Todos os direitos reservados.
DigitalSign é uma marca registrada da DigitalSign Certificação Digital LTDA. Todas as restantes marcas, trademarks e service marks são propriedade dos seus respectivos detentores.

É expressamente proibida a reprodução, total ou parcial, do conteúdo deste documento, sem prévia autorização escrita emitida pela DigitalSign.

Qualquer dúvida ou pedido de informação relativamente ao conteúdo deste documento deverá ser dirigido a suporte@digitalsigncertificadora.com.br.

CONTEÚDO

1. Introdução 11
1.1. Visão Geral 11
1.2. Identificação 11
1.3. Participantes da ICP-Brasil 11
1.3.1. Autoridades Certificadoras 11
1.3.2. Autoridades de Registro 11
1.3.3. Titulares de Certificado 12
1.3.4. Partes Confiáveis 12
1.3.5. Outros Participantes 12
1.4. Usabilidade do Certificado 12
1.4.1. Uso apropriado do certificado 12
1.4.2. Uso proibitivo do certificado 13
1.5. Política de Administração 13
1.5.1. Organização administrativa do documento 13
1.5.2. Contatos 13
1.5.3. Pessoa que determina a adequabilidade da DPC com a PC 13
1.5.4. Procedimentos de aprovação da PC 13
1.6. Definições e Acrônimos 13
2. Responsabilidades de Publicação e Repositório 15
2.1. Repositórios 15
2.2. Publicação de informações dos certificados 15
2.3. Tempo e Frequência de publicação 15
2.4. Controle de acesso aos repositórios 15
3. Identificação e Autenticação 16
3.1. Nomeação 16
3.1.1. Tipos de nomes 16
3.1.2. Necessidade dos nomes serem significativos 16
3.1.3. Anonimato ou Pseudônimo dos Titulares do Certificado 16
3.1.4. Regras para interpretação de vários tipos de nomes 16
3.1.5. Unicidade de nomes 16
3.1.6. Procedimento para resolver disputa de nomes 16
3.1.7. Reconhecimento, autenticação e papel de marcas registradas 16
3.2. Validação inicial de identidade 16
3.2.1. Método para comprovar a posse de chave privada 16
3.2.2. Autenticação da identificação da organização 16
3.2.3. Autenticação da identidade de equipamento ou aplicação 16
3.2.4. Autenticação da identidade de um indivíduo 16

3.2.5. Informações não verificadas do titular do certificado 16
3.2.6. Validação das autoridades 16
3.2.7. Critérios para interoperação 16
3.3. Identificação e autenticação para pedidos de novas chaves 16
3.3.1. Identificação e autenticação para rotina de novas chaves 16
3.3.2. Identificação e autenticação para novas chaves após a revogação 16
3.4. Identificação e Autenticação para solicitação de revogação 16
4. Requisitos Operacionais do Ciclo de Vida do Certificado 17
4.1. Solicitação de certificado 17
4.1.1. quem pode submeter uma solicitação de certificado 17
4.1.2. processo de registro e responsabilidades 17
4.2. processamento de solicitação de certificado 17
4.2.1. Execução das funções de identificação e autenticação 17
4.2.2. Aprovação ou rejeição de pedidos de certificado 17
4.2.3. Tempo para processar a solicitação de certificado 17
4.3. Emissão de certificado 17
4.3.1. Ações da ac durante a emissão de um certificado 17
4.3.2. Notificações para o titular do certificado pela ac na emissão do certificado 17
4.4. Aceitação de certificado 17
4.4.1. Conduta sobre a aceitação do certificado 17
4.4.2. Publicação do certificado pela ac 17
4.4.3. Notificação de emissão do certificado pela ac raiz para outras entidades ... 17
4.5. Usabilidade do par de chaves e do certificado 17
4.5.1. Usabilidade da chave privada e do certificado do titular 17
4.5.2. Usabilidade da chave pública e do certificado das partes confiáveis 17
4.6. Renovação de certificados 18
4.6.1. Circunstâncias para renovação de certificados 18
4.6.2. Quem pode solicitar a renovação 18
4.6.3. Processamento de requisição para renovação de certificados 18
4.6.4. Notificação para nova emissão de certificado para o titular 18
4.6.5. Conduta constituindo a aceitação de uma renovação de um certificado 18
4.6.6. Publicação de uma renovação de um certificado pela ac 18
4.6.7. Notificação de emissão de certificado pela ac para outras entidades 18
4.7. Nova chave de certificado 18
4.7.1. Circunstâncias para nova chave de certificado 18
4.7.2. Quem pode requisitar a certificação de uma nova chave pública 18
4.7.3. Processamento de requisição de novas chaves de certificado 18
4.7.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular 18

4.7.5. Conduta constituindo a aceitação de uma nova chave certificada 18
4.7.6. Publicação de uma nova chave certificada pela ac 18
4.7.7. Notificação de uma emissão de certificado pela ac para outras entidades.. 18
4.8. Modificação de certificado 18
4.8.1. Circunstâncias para modificação de certificado 18
4.8.2. Quem pode requisitar a modificação de certificado 18
4.8.3. Processamento de requisição de modificação de certificado..... 18
4.8.4. Notificação de emissão de novo certificado para o titular 18
4.8.5. Conduta constituindo a aceitação de uma modificação de certificado..... 18
4.8.6. Publicação de uma modificação de certificado pela ac 18
4.8.7. Notificação de uma emissão de certificado pela ac para outras entidades.. 18
4.9. Suspensão e revogação de certificado..... 19
4.9.1. Circunstâncias para revogação 19
4.9.2. Quem pode solicitar revogação 19
4.9.3. Procedimento para solicitação de revogação 19
4.9.4. Prazo para solicitação de revogação..... 19
4.9.5. Tempo em que a ac deve processar o pedido de revogação..... 19
4.9.6. Requisitos de verificação de revogação para as partes confiáveis..... 19
4.9.7. Frequência de emissão de lcr 19
4.9.8. Latência máxima para a lcr 19
4.9.9. Disponibilidade para revogação/verificação de status on-line 19
4.9.10. Requisitos para verificação de revogação on-line 19
4.9.11. Outras formas disponíveis para divulgação de revogação 19
4.9.12. Requisitos especiais para o caso de comprometimento de chave 19
4.9.13. Circunstâncias para suspensão 19
4.9.14. Quem pode solicitar suspensão 19
4.9.15. Procedimento para solicitação de suspensão..... 19
4.9.16. Limites no período de suspensão..... 19
4.10. Serviços de status de certificado..... 19
4.10.1. Características operacionais 19
4.10.2. Disponibilidade dos serviços..... 19
4.10.3. Funcionalidades operacionais..... 19
4.11. Encerramento de atividades 19
4.12. Custódia e recuperação de chave..... 19
4.12.1. Política e práticas de custódia e recuperação de chave 19
4.12.2. Política e práticas de encapsulamento e recuperação de chave de sessão 19
5. Controles operacionais, gerenciamento e de instalações..... 20

5.1. Controles físicos 20
5.1.1. Construção e localização 20
5.1.2. Acesso físico 20
5.1.3. Energia e ar-condicionado 20
5.1.4. Exposição à água 20
5.1.5. Prevenção e proteção contra incêndio 20
5.1.6. Armazenamento de mídia 20
5.1.7. Destruição de lixo 20
5.1.8. Instalações de segurança (backup) externas (off-site) para AC 20
5.2. Controles Procedimentais 20
5.2.1. Perfis qualificados 20
5.2.2. Número de pessoas necessário por tarefa 20
5.2.3. Identificação e autenticação para cada perfil 20
5.2.4. Funções que requerem separação de deveres 20
5.3. Controles de Pessoal 20
5.3.1. Antecedentes, qualificação, experiência e requisitos de idoneidade 20
5.3.2. Procedimentos de verificação de antecedentes 20
5.3.3. Requisitos de treinamento 20
5.3.4. Frequência e requisitos para reciclagem técnica 20
5.3.5. Frequência e sequência de rodízio de cargos 20
5.3.6. Sanções para ações não autorizadas 20
5.3.7. Requisitos para contratação de pessoal 20
5.3.8. Documentação fornecida ao pessoal 20
5.4. Procedimentos de Log de Auditoria 21
5.4.1. Tipos de eventos registrados 21
5.4.2. Frequência de auditoria de registros 21
5.4.3. Período de retenção para registros de auditoria 21
5.4.4. Proteção de registros de auditoria 21
5.4.5. Procedimentos para cópia de segurança (Backup) de registros de auditoria 21
5.4.6. Sistema de coleta de dados de auditoria (interno ou externo) 21
5.4.7. Notificação de agentes causadores de eventos 21
5.4.8. Avaliações de vulnerabilidade 21
5.5. Arquivamento de Registros 21
5.5.1. Tipos de registros arquivados 21
5.5.2. Período de retenção para arquivo 21
5.5.3. Proteção de arquivo 21
5.5.4. Procedimentos de cópia de arquivo 21
5.5.5. Requisitos para datação de registros 21

5.5.6. Sistema de coleta de dados de arquivo (interno e externo) 21
5.5.7. Procedimentos para obter e verificar informação de arquivo 21
5.6. Troca de chave 21
5.7. Comprometimento e Recuperação de Desastre 21
5.7.1. Procedimentos gerenciamento de incidente e comprometimento 21
5.7.2. Recursos computacionais, software, e/ou dados corrompidos 21
5.7.3. Procedimentos no caso de comprometimento de chave privada de entidade 21
5.7.4. Capacidade de continuidade de negócio após desastre 21
5.8. Extinção da AC 21
6. Controles Técnicos de Segurança 22
6.1. Geração e instalação do par de chaves 22
6.1.1. Geração do par de chaves 22
6.1.2. Entrega da chave privada à entidade titular do certificado 23
6.1.3. Entrega da chave pública para emissor de certificado 23
6.1.4. Disponibilização de chave pública da AC para usuários 23
6.1.5. Tamanhos de chave 23
6.1.6. Geração de parâmetros de chaves assimétricas e verificação da qualidade dos parâmetros 23
6.1.7. Propósitos de uso de chave (conforme o campo "key usage" na X.509v3) 23
6.2. Proteção da Chave Privada e controle de engenharia do módulo criptográfico . 23
6.2.1. Padrões para módulo criptográfico 23
6.2.2. Controle "n de m" para chave privada 23
6.2.3. Recuperação (escrow) de chave privada 24
6.2.4. Cópia de segurança de chave privada 24
6.2.5. Arquivamento de chave privada 24
6.2.6. Inserção de chave privada em módulo criptográfico 24
6.2.7. Armazenamento de chave privada em módulo criptográfico 24
6.2.8. Método de ativação de chave privada 24
6.2.9. Método de desativação de chave privada 24
6.2.10. Método de destruição de chave privada 24
6.3. Outros Aspectos do Gerenciamento do Par de Chaves 24
6.3.1. Arquivamento de chave pública 24
6.3.2. Períodos de operação do certificado e períodos de uso para as chaves pública e privada 25
6.4. Dados de Ativação 25
6.4.1. Geração e instalação dos dados de ativação 25
6.4.2. Proteção dos dados de ativação 25
6.4.3. Outros aspectos dos dados de ativação 25

6.5. Controles de Segurança Computacional 25
6.5.1. Requisitos técnicos específicos de segurança computacional 25
6.5.2. Classificação da segurança computacional 26
6.6. Controles Técnicos do Ciclo de Vida 26
6.6.1. Controles de desenvolvimento de sistema 26
6.6.2. Controles de gerenciamento de segurança 26
6.6.3. Classificações de segurança de ciclo de vida 26
6.6.4. Controles na Geração de LCR 26
6.7. Controles de Segurança de Rede 26
6.8. Carimbo de Tempo 26
7. Perfis de Certificado e LCR 26
7.1. Perfil do Certificado 26
7.1.1. Número de versão 26
7.1.2. Extensões de certificado 26
7.1.3. Identificadores de algoritmo 28
7.1.4. Formatos de nome 28
7.1.5. Restrições de nome 29
7.1.6. OID (Object Identifier) de Política de Certificado 30
7.1.7. Uso da extensão "Policy Constraints" 30
7.1.8. Sintaxe e semântica dos qualificadores de política 30
7.1.9. Semântica de processamento para extensões críticas 30
7.2. Perfil de LCR 30
7.2.1. Número(s) de versão 30
7.2.2. Extensões de LCR e de suas entradas 30
7.3. Perfil de OCSP 30
7.3.1. Número(s) de versão 30
7.3.2. Extensões de OCSP 30
8. Auditoria de Conformidade e Outras Avaliações 31
8.1. Frequência e circunstâncias das avaliações 31
8.2. Identificação/Qualificação do avaliador 31
8.3. Relação do avaliador com a entidade avaliada 31
8.4. Tópicos cobertos pela avaliação 31
8.5. Ações tomadas como resultado de uma deficiência 31
8.6. Comunicação dos resultados 31
9. Outros negócios e assuntos jurídicos 32
9.1. Tarifas 32
9.1.1. Tarifas de emissão e renovação de certificados 32
9.1.2. Tarifas de acesso ao certificado 32

9.1.3. Tarifas de revogação ou de acesso à informação de status 32
9.1.4. Tarifas para outros serviços 32
9.1.5. Política de reembolso 32
9.2. Responsabilidade financeira 32
9.2.1. Cobertura do seguro 32
9.2.2. Outros ativos 32
9.2.3. Cobertura de seguros ou garantia para entidades finais 32
9.3. Confidencialidade da informação do negócio 32
9.3.1. Escopo de informações confidenciais 32
9.3.2. Informações fora do escopo de informações confidenciais 32
9.3.3. Responsabilidade em proteger a informação confidencial 32
9.4. Privacidade da informação pessoal 32
9.4.1. Plano de privacidade 32
9.4.2. Tratamento de informação como privadas 32
9.4.3. Informações não consideradas privadas 32
9.4.4. Responsabilidade para proteger a informação privadas 32
9.4.5. Aviso e consentimento para usar informações privadas 32
9.4.6. Divulgação em processo judicial ou administrativo 32
9.4.7. Outras circunstâncias de divulgação de informação 32
9.5. Direitos de propriedade intelectual 32
9.6. Declarações e Garantias 33
9.6.1. Declarações e garantias da AC 33
9.6.2. Declarações e garantias da AR 33
9.6.3. Declarações e garantias do titular 33
9.6.4. Declarações e garantias das terceiras partes 33
9.6.5. Representações e garantias de outros participantes 33
9.7. Isenção de garantias 33
9.8. Limitações de responsabilidades 33
9.9. Indenizações 33
9.10. Prazo e rescisão 33
9.10.1. Prazo 33
9.10.2. Término 33
9.10.3. Efeito da rescisão e sobrevivência 33
9.11. Avisos individuais e comunicações com os participantes 33
9.12. Alterações 33
9.12.1. Procedimento para emendas 33
9.12.2. Mecanismo de notificação e períodos 33
9.12.3. Circunstâncias na qual o OID deve ser alterado 33

9.13. Solução de conflitos 33
9.14. Lei aplicável 33
9.15. Conformidade com a Lei aplicável 33
9.16. Disposições Diversas 34
9.16.1. Acordo completo 34
9.16.2. Cessão 34
9.16.3. Independência de disposições 34
9.16.4. Execução (honorários dos advogados e renúncia de direitos) 34
9.17. Outras provisões 34
10. Documentos Referenciados 35
11. Referências Bibliográficas 36

1. INTRODUÇÃO

1.1. VISÃO GERAL

1.1.1 Esta "Política de Certificado" (PC) descreve as políticas de certificação de certificados de Selo Eletrônico de Tipo SE-S da Autoridade Certificadora DigitalSign na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

1.1.2. A estrutura desta PC está baseada no DOC-ICP-04 do Comitê Gestor da ICP-Brasil – Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificados na ICP-Brasil.

1.1.3. A estrutura desta PC está baseada na RFC 3647.

1.1.4. Este documento está em conformidade com o conjunto normativo da ICP-Brasil e nele são referenciados outros regulamentos dispostos nas demais normas da ICP-Brasil, conforme especificado no item 10.

1.1.5. O tipo de certificado emitido sob esta PC é o Tipo SE-S.

1.1.6. Não se aplica.

1.1.7. Certificados do tipo SE-S são certificados de selo eletrônico, respectivamente em software, e devem ser emitidos apenas para pessoas jurídicas.

1.1.8. Não se aplica.

1.1.9. Não se aplica.

1.1.10. Não se aplica.

1.1.11. Não se aplica.

1.1.12. Outros tipos de certificado, além dos anteriormente relacionados, podem ser propostos para a apreciação do Comitê Gestor da ICP-Brasil – CG ICP-Brasil. As propostas serão analisadas quanto à conformidade com as normas específicas da ICP-Brasil e, quando aprovadas, serão acrescidas aos tipos de certificados aceitos pela ICP-Brasil.

1.2. IDENTIFICAÇÃO

1.2.1 Esta PC é designada de "Política de Certificado de Selo Eletrônico Tipo SE-S da Autoridade Certificadora DigitalSign" e referida como "PC SE-S da AC DigitalSign". O OID (object identifier) desta PC é 2.16.76.1.2.201.16

1.2.2. Não se aplica.

1.3. PARTICIPANTES DA ICP-BRASIL

1.3.1. AUTORIDADES CERTIFICADORAS

1.3.1.1. Esta PC refere-se exclusivamente à AC DigitalSign no âmbito da ICP-Brasil.

1.3.1.2. As práticas e procedimentos de certificação da AC DigitalSign estão descritos na Declaração de Práticas de Certificação da AC DigitalSign (DPC da AC DigitalSign).

1.3.2. AUTORIDADES DE REGISTRO

1.3.2.1. Os dados seguintes, referentes às Autoridades de Registro – AR utilizadas pela AC DigitalSign para os processos de recebimento, validação e encaminhamento de solicitações de emissão ou de revogação de certificados digitais e de identificação de seus solicitantes,

são publicados em serviço de diretório e/ou em página web da AC DigitalSign (http://repositorio.digitalsigncertificadora.com.br/ac):

a) relação de todas as AR credenciadas.
b) relação de AR que tenham se descredenciado da cadeia da AC DigitalSign, com respectiva data do descredenciamento.

1.3.2.2. A AC DigitalSign mantém as informações acima sempre atualizadas.

1.3.3. TITULARES DE CERTIFICADO

Os titulares dos certificados emitidos nesta PC são pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, que atendam aos requisitos desta DPC e das Políticas de Certificado aplicáveis, podem ser Titulares de Certificado. O titular do certificado pessoa jurídica, será designado pessoa física como responsável pelo certificado, que será o detentor da chave privada. Preferencialmente será designado como responsável pelo certificado, o representante legal da pessoa jurídica ou um de seus representantes legais.

1.3.4. PARTES CONFIÁVEIS

Considera-se terceira parte, a parte que confia no teor, validade e aplicabilidade do certificado digital e chaves emitidas pela ICP-Brasil.

1.3.5. OUTROS PARTICIPANTES

1.3.5.1 São também publicados em serviço de diretório e/ou em página web da AC DigitalSign (http://repositorio.digitalsigncertificadora.com.br/ac):

a) relação de todos os Prestadores de Serviços de Suporte – PSS.
b) relação de todos os Prestadores de Serviços Biométricos – PSBios.
c) relação de todos os Prestadores de Serviço de Confiança – PSC

1.4. USABILIDADE DO CERTIFICADO

1.4.1. USO APROPRIADO DO CERTIFICADO

1.4.1.1. Os certificados definidos por esta PC têm sua utilização vinculada à assinatura digital, não repúdio, garantia de integridade da informação, autenticação de seu titular e de aplicações e identificação de equipamentos.

1.4.1.2. As aplicações e demais programas que admitirem o uso de certificado digital de um determinado tipo contemplado pela ICP-Brasil devem aceitar qualquer certificado de mesmo tipo, ou superior, emitido por qualquer AC credenciada pela AC Raiz.

1.4.1.3. A AC DigitalSign leva em conta o nível de segurança previsto para o certificado definido por esta PC na definição das aplicações para o certificado. Esse nível de segurança é caracterizado pelos requisitos definidos para aspectos como: tamanho da chave criptográfica, mídia armazenadora da chave, processo de geração do par de chaves, procedimentos de identificação do titular de certificado, frequência de emissão da correspondente Lista de Certificados Revogados – LCR e extensão do período de validade do certificado.

1.4.1.4. Não se aplica.

1.4.1.5. Certificados do tipo SE-S serão utilizados para garantir origem e integridade de um documento eletrônico, servindo de prova da emissão do documento por uma pessoa jurídica.

1.4.1.6. Não se aplica.

1.4.1.7. Não se aplica.

1.4.1.8. Não se aplica.

1.4.1.9. Não se aplica.

1.4.2. USO PROIBITIVO DO CERTIFICADO

1.4.2.1. É proibido o uso do certificado de aplicações específicas com a finalidade de autenticação de servidor (SSL/TLS) destinado ao reconhecimento confiável pelos navegadores de internet (browsers).

1.4.2.2. É proibido o uso do certificado de selo eletrônico para assinatura digital com o propósito de manifestação de vontade

1.4.2.3. Não se aplica.

1.5. POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO

1.5.1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO DOCUMENTO

Nome: DigitalSign Certificação Digital LTDA

1.5.2. CONTATOS

Endereço: Rua General Bertoldo Klinger, 111 – Paulicéia – São Bernardo do Campo/SP
Telefone: (55 11) 2666 7280
Página Web: www.digitalsigncertificadora.com.br
Email: suporte@digitalsigncertificadora.com.br

1.5.3. PESSOA QUE DETERMINA A ADEQUABILIDADE DA DPC COM A PC

Nome: Fernando Moreira

Telefone: (55 11) 2666 7280

Email: suporte@digitalsigncertificadora.com.br

1.5.4. PROCEDIMENTOS DE APROVAÇÃO DA PC

Esta PC é aprovada pelo ITI.

Os procedimentos de aprovação da PC da AC são estabelecidos a critério do CG da ICP-Brasil.

1.6. DEFINIÇÕES E ACRÔNIMOS

SIGLA	DESCRIÇÃO
AC	Autoridade Certificadora
AC Raiz	Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil
ACT	Autoridade de Carimbo do Tempo
AR	Autoridades de Registro
CEI	Cadastro Específico do INSS
CF-e	Cupom Fiscal Eletrônico
CG ICP-Brasil	Comitê Gestor da ICP-Brasil
CMM-SEI	Capability Maturity Model do Software Engineering Institute

CMVP	Cryptographic Module Validation Program
CN	Common Name
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CS	Code Signing
DN	Distinguished Name
DPC	Declaração de Práticas de Certificação
EV	Extended Validation (WebTrust for Certification Authorities)
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
IEC	International Electrotechnical Commission
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO	International Organization for Standardization
ITU	International Telecommunications Union
LCR	Lista de Certificados Revogados
NBR	Norma Brasileira
NIS	Número de Identificação Social
OCSP	On-line Certificate Status Protocol
OID	Object Identifier
OM-BR	Objetos Metrológicos ICP-Brasil
OU	Organization Unit
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PC	Política de Certificado
PIS	Programa de Integração Social
PSS	Prestadores de Serviço de Suporte
RFC	Request For Comments
RG	Registro Geral
SAT	Sistema Autenticador e Transmissor
SSL	Secure Socket Layer
TSDM	Trusted Software Development Methodology
UF	Unidade de Federação
URL	Uniform Resource Locator

2. RESPONSABILIDADES DE PUBLICAÇÃO E REPOSITÓRIO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC DigitalSign.

2.1. REPOSITÓRIOS

2.2. PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS CERTIFICADOS

2.3. TEMPO E FREQUÊNCIA DE PUBLICAÇÃO

2.4. CONTROLE DE ACESSO AOS REPOSITÓRIOS

3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC DigitalSign.

3.1. NOMEAÇÃO

3.1.1. TIPOS DE NOMES

3.1.2. NECESSIDADE DOS NOMES SEREM SIGNIFICATIVOS

3.1.3. ANONIMATO OU PSEUDÔNIMO DOS TITULARES DO CERTIFICADO

3.1.4. REGRAS PARA INTERPRETAÇÃO DE VÁRIOS TIPOS DE NOMES

3.1.5. UNICIDADE DE NOMES

3.1.6. PROCEDIMENTO PARA RESOLVER DISPUTA DE NOMES

3.1.7. RECONHECIMENTO, AUTENTICAÇÃO E PAPEL DE MARCAS REGISTRADAS

3.2. VALIDAÇÃO INICIAL DE IDENTIDADE

3.2.1. MÉTODO PARA COMPROVAR A POSSE DE CHAVE PRIVADA

3.2.2. AUTENTICAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

3.2.3. AUTENTICAÇÃO DA IDENTIDADE DE EQUIPAMENTO OU APLICAÇÃO

3.2.4. AUTENTICAÇÃO DA IDENTIDADE DE UM INDIVÍDUO

3.2.5. INFORMAÇÕES NÃO VERIFICADAS DO TITULAR DO CERTIFICADO

3.2.6. VALIDAÇÃO DAS AUTORIDADES

3.2.7. CRITÉRIOS PARA INTEROPERAÇÃO

3.3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO PARA PEDIDOS DE NOVAS CHAVES

3.3.1. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO PARA ROTINA DE NOVAS CHAVES

3.3.2. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO PARA NOVAS CHAVES APÓS A REVOGAÇÃO

3.4. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO

4. REQUISITOS OPERACIONAIS DO CICLO DE VIDA DO CERTIFICADO

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC DigitalSign.

4.1. SOLICITAÇÃO DE CERTIFICADO

4.1.1. QUEM PODE SUBMETER UMA SOLICITAÇÃO DE CERTIFICADO

4.1.2. PROCESSO DE REGISTRO E RESPONSABILIDADES

4.2. PROCESSAMENTO DE SOLICITAÇÃO DE CERTIFICADO

4.2.1. EXECUÇÃO DAS FUNÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO

4.2.2. APROVAÇÃO OU REJEIÇÃO DE PEDIDOS DE CERTIFICADO

4.2.3. TEMPO PARA PROCESSAR A SOLICITAÇÃO DE CERTIFICADO

4.3. EMISSÃO DE CERTIFICADO

4.3.1. AÇÕES DA AC DURANTE A EMISSÃO DE UM CERTIFICADO

4.3.2. NOTIFICAÇÕES PARA O TITULAR DO CERTIFICADO PELA AC NA EMISSÃO DO CERTIFICADO

4.4. ACEITAÇÃO DE CERTIFICADO

4.4.1. CONDUTA SOBRE A ACEITAÇÃO DO CERTIFICADO

4.4.2. PUBLICAÇÃO DO CERTIFICADO PELA AC

4.4.3. NOTIFICAÇÃO DE EMISSÃO DO CERTIFICADO PELA AC RAIZ PARA OUTRAS ENTIDADES

4.5. USABILIDADE DO PAR DE CHAVES E DO CERTIFICADO

4.5.1. USABILIDADE DA CHAVE PRIVADA E DO CERTIFICADO DO TITULAR

4.5.2. USABILIDADE DA CHAVE PÚBLICA E DO CERTIFICADO DAS PARTES CONFIÁVEIS

4.6. RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS

4.6.1. CIRCUNSTÂNCIAS PARA RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS

4.6.2. QUEM PODE SOLICITAR A RENOVAÇÃO

4.6.3. PROCESSAMENTO DE REQUISIÇÃO PARA RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS

4.6.4. NOTIFICAÇÃO PARA NOVA EMISSÃO DE CERTIFICADO PARA O TITULAR

4.6.5. CONDUTA CONSTITUINDO A ACEITAÇÃO DE UMA RENOVAÇÃO DE UM CERTIFICADO

4.6.6. PUBLICAÇÃO DE UMA RENOVAÇÃO DE UM CERTIFICADO PELA AC

4.6.7. NOTIFICAÇÃO DE EMISSÃO DE CERTIFICADO PELA AC PARA OUTRAS ENTIDADES

4.7. NOVA CHAVE DE CERTIFICADO

4.7.1. CIRCUNSTÂNCIAS PARA NOVA CHAVE DE CERTIFICADO

4.7.2. QUEM PODE REQUISITAR A CERTIFICAÇÃO DE UMA NOVA CHAVE PÚBLICA

4.7.3. PROCESSAMENTO DE REQUISIÇÃO DE NOVAS CHAVES DE CERTIFICADO

4.7.4. NOTIFICAÇÃO DE EMISSÃO DE NOVO CERTIFICADO PARA O TITULAR

4.7.5. CONDUTA CONSTITUINDO A ACEITAÇÃO DE UMA NOVA CHAVE CERTIFICADA

4.7.6. PUBLICAÇÃO DE UMA NOVA CHAVE CERTIFICADA PELA AC

4.7.7. NOTIFICAÇÃO DE UMA EMISSÃO DE CERTIFICADO PELA AC PARA OUTRAS ENTIDADES

4.8. MODIFICAÇÃO DE CERTIFICADO

4.8.1. CIRCUNSTÂNCIAS PARA MODIFICAÇÃO DE CERTIFICADO

4.8.2. QUEM PODE REQUISITAR A MODIFICAÇÃO DE CERTIFICADO

4.8.3. PROCESSAMENTO DE REQUISIÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE CERTIFICADO

4.8.4. NOTIFICAÇÃO DE EMISSÃO DE NOVO CERTIFICADO PARA O TITULAR

4.8.5. CONDUTA CONSTITUINDO A ACEITAÇÃO DE UMA MODIFICAÇÃO DE CERTIFICADO

4.8.6. PUBLICAÇÃO DE UMA MODIFICAÇÃO DE CERTIFICADO PELA AC

4.8.7. NOTIFICAÇÃO DE UMA EMISSÃO DE CERTIFICADO PELA AC PARA OUTRAS ENTIDADES

4.9. SUSPENSÃO E REVOGAÇÃO DE CERTIFICADO

4.9.1. CIRCUNSTÂNCIAS PARA REVOGAÇÃO

4.9.2. QUEM PODE SOLICITAR REVOGAÇÃO

4.9.3. PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO

4.9.4. PRAZO PARA SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO

4.9.5. TEMPO EM QUE A AC DEVE PROCESSAR O PEDIDO DE REVOGAÇÃO

4.9.6. REQUISITOS DE VERIFICAÇÃO DE REVOGAÇÃO PARA AS PARTES CONFIÁVEIS

4.9.7. FREQUÊNCIA DE EMISSÃO DE LCR

4.9.8. LATÊNCIA MÁXIMA PARA A LCR

4.9.9. DISPONIBILIDADE PARA REVOGAÇÃO/VERIFICAÇÃO DE STATUS ON-LINE

4.9.10. REQUISITOS PARA VERIFICAÇÃO DE REVOGAÇÃO ON-LINE

4.9.11. OUTRAS FORMAS DISPONÍVEIS PARA DIVULGAÇÃO DE REVOGAÇÃO

4.9.12. REQUISITOS ESPECIAIS PARA O CASO DE COMPROMETIMENTO DE CHAVE

4.9.13. CIRCUNSTÂNCIAS PARA SUSPENSÃO

4.9.14. QUEM PODE SOLICITAR SUSPENSÃO

4.9.15. PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE SUSPENSÃO

4.9.16. LIMITES NO PERÍODO DE SUSPENSÃO

4.10. SERVIÇOS DE STATUS DE CERTIFICADO

4.10.1. CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS

4.10.2. DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS

4.10.3. FUNCIONALIDADES OPERACIONAIS

4.11. ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES

4.12. CUSTÓDIA E RECUPERAÇÃO DE CHAVE

4.12.1. POLÍTICA E PRÁTICAS DE CUSTÓDIA E RECUPERAÇÃO DE CHAVE

4.12.2. POLÍTICA E PRÁTICAS DE ENCAPSULAMENTO E RECUPERAÇÃO DE CHAVE DE SESSÃO

5. CONTROLES OPERACIONAIS, GERENCIAMENTO E DE INSTALAÇÕES

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC DigitalSign.

5.1. CONTROLES FÍSICOS

5.1.1. CONSTRUÇÃO E LOCALIZAÇÃO

5.1.2. ACESSO FÍSICO

5.1.3. ENERGIA E AR-CONDICIONADO

5.1.4. EXPOSIÇÃO À ÁGUA

5.1.5. PREVENÇÃO E PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

5.1.6. ARMAZENAMENTO DE MÍDIA

5.1.7. DESTRUIÇÃO DE LIXO

5.1.8. INSTALAÇÕES DE SEGURANÇA (BACKUP) EXTERNAS (OFF-SITE) PARA AC

5.2. CONTROLES PROCEDIMENTAIS

5.2.1. PERFIS QUALIFICADOS

5.2.2. NÚMERO DE PESSOAS NECESSÁRIO POR TAREFA

5.2.3. IDENTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO PARA CADA PERFIL

5.2.4. FUNÇÕES QUE REQUEREM SEPARAÇÃO DE DEVERES

5.3. CONTROLES DE PESSOAL

5.3.1. ANTECEDENTES, QUALIFICAÇÃO, EXPERIÊNCIA E REQUISITOS DE IDONEIDADE

5.3.2. PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DE ANTECEDENTES

5.3.3. REQUISITOS DE TREINAMENTO

5.3.4. FREQUÊNCIA E REQUISITOS PARA RECICLAGEM TÉCNICA

5.3.5. FREQUÊNCIA E SEQUÊNCIA DE RODÍZIO DE CARGOS

5.3.6. SANÇÕES PARA AÇÕES NÃO AUTORIZADAS

5.3.7. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL

5.3.8. DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA AO PESSOAL

5.4. PROCEDIMENTOS DE LOG DE AUDITORIA

5.4.1. TIPOS DE EVENTOS REGISTRADOS

5.4.2. FREQUÊNCIA DE AUDITORIA DE REGISTROS

5.4.3. PERÍODO DE RETENÇÃO PARA REGISTROS DE AUDITORIA

5.4.4. PROTEÇÃO DE REGISTROS DE AUDITORIA

5.4.5. PROCEDIMENTOS PARA CÓPIA DE SEGURANÇA (BACKUP) DE REGISTROS DE AUDITORIA

5.4.6. SISTEMA DE COLETA DE DADOS DE AUDITORIA (INTERNO OU EXTERNO)

5.4.7. NOTIFICAÇÃO DE AGENTES CAUSADORES DE EVENTOS

5.4.8. AVALIAÇÕES DE VULNERABILIDADE

5.5. ARQUIVAMENTO DE REGISTROS

5.5.1. TIPOS DE REGISTROS ARQUIVADOS

5.5.2. PERÍODO DE RETENÇÃO PARA ARQUIVO

5.5.3. PROTEÇÃO DE ARQUIVO

5.5.4. PROCEDIMENTOS DE CÓPIA DE ARQUIVO

5.5.5. REQUISITOS PARA DATAÇÃO DE REGISTROS

5.5.6. SISTEMA DE COLETA DE DADOS DE ARQUIVO (INTERNO E EXTERNO)

5.5.7. PROCEDIMENTOS PARA OBTER E VERIFICAR INFORMAÇÃO DE ARQUIVO

5.6. TROCA DE CHAVE

5.7. COMPROMETIMENTO E RECUPERAÇÃO DE DESASTRE

5.7.1. PROCEDIMENTOS GERENCIAMENTO DE INCIDENTE E COMPROMETIMENTO

5.7.2. RECURSOS COMPUTACIONAIS, SOFTWARE, E/OU DADOS CORROMPIDOS

5.7.3. PROCEDIMENTOS NO CASO DE COMPROMETIMENTO DE CHAVE PRIVADA DE ENTIDADE

5.7.4. CAPACIDADE DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO APÓS DESASTRE

5.8. EXTINÇÃO DA AC

6. CONTROLES TÉCNICOS DE SEGURANÇA

6.1. GERAÇÃO E INSTALAÇÃO DO PAR DE CHAVES

6.1.1. GERAÇÃO DO PAR DE CHAVES

6.1.1.1. Quando o titular de certificado for uma pessoa jurídica, esta indicará por seu(s) representante(s) legal(is), a pessoa responsável pela geração dos pares de chaves criptográficas e pelo uso do certificado.

6.1.1.1.1. Não se aplica.

6.1.1.1.2. Não se aplica.

6.1.1.2. A geração do par de chaves criptográficas ocorre, no mínimo, utilizando software CSP (Cryptographic Service Provider) existente na estação do solicitante, sendo a chave privada armazenada nesse software. A chave privada poderá ser exportada e armazenada (cópia de segurança) em mídia externa – ficheiro, disquete, token ou cartão inteligente – e protegida por senha de acesso.

6.1.1.3. O algoritmo a ser utilizado para as chaves criptográficas de titulares de certificados adota o padrão RSA conforme definido em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que defina os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil.

6.1.1.4. Ao ser gerada, a chave privada do titular do certificado deve ser gravada cifrada, por algoritmo simétrico aprovado em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que defina os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil. As chaves privadas correspondentes aos certificados poderão ser armazenadas em repositório protegido por senha, cifrado por software no meio de armazenamento definido para o tipo de certificado SE-S.

6.1.1.5. O usuário deve assegurar que a chave privada trafega cifrada, empregando os mesmos algoritmos citados no parágrafo anterior, entre o dispositivo gerador e a mídia utilizada para o seu armazenamento.

6.1.1.6. O meio de armazenamento da chave privada utilizado pelo titular assegura, por meios técnicos e procedimentais adequados, no mínimo, que:

a) A chave privada utilizada na geração de uma assinatura é única e seu sigilo é suficientemente assegurado;

b) A chave privada utilizada na geração de uma assinatura não pode, com uma segurança razoável, ser deduzida e que está protegida contra falsificações realizadas através das tecnologias atualmente disponíveis; e

c) A chave privada utilizada na geração de uma assinatura pode ser eficazmente protegida pelo legítimo titular contra a utilização por terceiros.

6.1.1.7. O meio de armazenamento não deve modificar os dados a serem assinados, nem impedir que estes dados sejam apresentados ao signatário antes do processo de assinatura.

6.1.1.8. O tipo de certificado emitido pela AC DigitalSign e descrito nesta PC é o SE-S.

Tipo de Certificado	Mídia Armazenadora de Chave Criptográfica (Requisitos Mínimos)
SE-S	Repositório protegido por senha e/ou identificação biométrica, cifrado por software na forma definida acima.

Nota: A responsabilidade pela segurança na garantia do sigilo, integridade e disponibilidade da chave privada gerada no equipamento é do titular ou responsável pelo uso do certificado, conforme especificado no Termo de Titularidade.

6.1.2. ENTREGA DA CHAVE PRIVADA À ENTIDADE TITULAR DO CERTIFICADO

Item não aplicável.

6.1.3. ENTREGA DA CHAVE PÚBLICA PARA EMISSOR DE CERTIFICADO

A entrega da chave pública do solicitante do certificado é feita por meio eletrônico, em formato definido em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que defina os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil.

6.1.4. DISPONIBILIZAÇÃO DE CHAVE PÚBLICA DA AC PARA USUÁRIOS

A AC DigitalSign disponibiliza o seu certificado, e de todos os certificados da cadeia de certificação, para os usuários da ICP-Brasil, de entre outras, em formato PKCS#7, através de endereço Web:

- Para certificados emitidos pela AC DigitalSign (**G3**):

  http://www.digitalsigncertificadora.com.br/repositorio/ac/ACDIGITALSIGNG3.p7b

6.1.5. TAMANHOS DE CHAVE

6.1.5.1. O tamanho mínimo das chaves criptográficas associadas aos certificados emitidos pela AC DigitalSign é de 2048 bits.

6.1.5.2. Os algoritmos e o tamanho de chaves criptográficas utilizados no certificado Tipo SE-S da ICP-Brasil está definido em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que defina os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil.

6.1.6. GERAÇÃO DE PARÂMETROS DE CHAVES ASSIMÉTRICAS E VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DOS PARÂMETROS

Os parâmetros de geração de chaves assimétricas da AC DigitalSign seguem o padrão de Homologação da ICP-Brasil ou Certificação INMETRO, em conformidade ao estabelecido em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que defina os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil.

6.1.7. PROPÓSITOS DE USO DE CHAVE (CONFORME O CAMPO "KEY USAGE" NA X.509V3)

Os certificados têm ativados os bits digitalSignature, nonRepudiation e keyEncipherment.

6.2. PROTEÇÃO DA CHAVE PRIVADA E CONTROLE DE ENGENHARIA DO MÓDULO CRIPTOGRÁFICO

6.2.1. PADRÕES PARA MÓDULO CRIPTOGRÁFICO

6.2.1.1. Não se aplica.

6.2.1.2. Os requisitos aplicáveis ao módulo criptográfico utilizado para geração de chaves criptográficas dos titulares de certificado seguem padrões definidos em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que define os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil.

6.2.2. CONTROLE "N DE M" PARA CHAVE PRIVADA

Não se aplica.

6.2.3. RECUPERAÇÃO (ESCROW) DE CHAVE PRIVADA

Não é permitida, no âmbito da ICP-Brasil, a recuperação (escrow) de chaves privadas de assinatura, isto é, não se permite que terceiros possam obter uma chave privada de assinatura sem o consentimento do titular do certificado.

6.2.4. CÓPIA DE SEGURANÇA DE CHAVE PRIVADA

6.2.4.1. Qualquer entidade titular de certificado pode, a seu critério, manter cópia de segurança de sua chave privada.

6.2.4.2. A AC DigitalSign não mantém cópia de segurança de chave privada de titular de certificado de assinatura digital.

6.2.4.3. Em qualquer caso, a cópia de segurança deverá ser armazenada, cifrada, por algoritmo simétrico 3-DES, IDEA, SAFER+ ou outros aprovados em regulamento editado por instrução normativa da AC Raiz que defina os padrões e algoritmos criptográficos da ICP-Brasil e protegida com um nível de segurança não inferior àquele definido para a chave original.

6.2.4.4. O titular do certificado, quando realizar uma cópia de segurança da sua chave privada, deve observar que esta cópia deve ser efetuada com, no mínimo, os mesmos requerimentos de segurança da chave original.

6.2.5. ARQUIVAMENTO DE CHAVE PRIVADA

6.2.5.1. A AC DigitalSign não arquiva cópias de chaves privadas de assinatura digital de titulares de certificados.

6.2.5.2. Define-se arquivamento como o armazenamento da chave privada para seu uso futuro, após o período de validade do certificado correspondente.

6.2.6. INSERÇÃO DE CHAVE PRIVADA EM MÓDULO CRIPTOGRÁFICO

Os Titulares de Certificados poderão optar por utilizar um hardware criptográfico, cartão inteligente ou token, para armazenar sua chave privada após a aceitação do certificado.

6.2.7. ARMAZENAMENTO DE CHAVE PRIVADA EM MÓDULO CRIPTOGRÁFICO

Ver item 6.1.

6.2.8. MÉTODO DE ATIVAÇÃO DE CHAVE PRIVADA

Cada titular de certificado deve definir procedimentos necessários para a ativação da sua chave privada.

6.2.9. MÉTODO DE DESATIVAÇÃO DE CHAVE PRIVADA

Cada titular de certificado deve definir procedimentos necessários para a desativação da sua chave privada.

6.2.10. MÉTODO DE DESTRUIÇÃO DE CHAVE PRIVADA

Cada titular de certificado deve definir procedimentos necessários para a destruição de sua chave privada.

6.3. OUTROS ASPECTOS DO GERENCIAMENTO DO PAR DE CHAVES

6.3.1. ARQUIVAMENTO DE CHAVE PÚBLICA

As chaves públicas dos titulares de certificados de assinatura digital emitidos pela AC DigitalSign permanecem armazenadas após a expiração dos certificados correspondentes,

pelo período legalmente estabelecido, para verificação de assinaturas geradas durante seu período de validade.

6.3.2. PERÍODOS DE OPERAÇÃO DO CERTIFICADO E PERÍODOS DE USO PARA AS CHAVES PÚBLICA E PRIVADA

6.3.2.1. As chaves privadas de assinatura dos respectivos titulares de certificados são utilizadas apenas durante período de validade dos certificados correspondentes. As correspondentes chaves públicas podem ser utilizadas durante todo o período de tempo determinado pela legislação aplicável, para verificação das assinaturas geradas durante o prazo de validade dos respectivos certificados.

6.3.2.2. Não se aplica.

6.3.2.3. O período máximo de validade admitido para certificados de Selo Eletrônico Tipo SE-S é de 1(um) ano.

6.3.2.4. Não se aplica.

6.3.2.5. Não se aplica.

6.4. DADOS DE ATIVAÇÃO

Os dados de ativação, distintos das chaves criptográficas, são aqueles requeridos para a operação de alguns módulos criptográficos.

6.4.1. GERAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS DADOS DE ATIVAÇÃO

Os dados de ativação da chave privada da entidade titular do certificado, se utilizados, são únicos e aleatórios.

6.4.2. PROTEÇÃO DOS DADOS DE ATIVAÇÃO

Os dados de ativação da chave privada da entidade titular do certificado, se utilizados, são protegidos contra uso não autorizado.

6.4.3. OUTROS ASPECTOS DOS DADOS DE ATIVAÇÃO

Não se aplica.

6.5. CONTROLES DE SEGURANÇA COMPUTACIONAL

6.5.1. REQUISITOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS DE SEGURANÇA COMPUTACIONAL

Nos equipamentos onde são gerados os pares de chaves criptográficas dos titulares de certificados emitidos pela AC DigitalSign, recomenda-se o uso de mecanismos mínimos que garantam a segurança computacional, tais como:

a) Controle de acesso lógico ao sistema operacional;

b) Exigência de uso de senhas fortes;

c) Diretivas de senha e de bloqueio de conta;

d) Antivírus, antitrojan e antispyware, instalados, atualizados e habilitados;

e) Firewall pessoal ou corporativo ativado, com permissões de acesso mínimas necessárias às atividades;

f) Sistema operacional mantido atualizado, com aplicação de correções necessárias (patches, hotfix, etc.);

g) Proteção de tela acionada no máximo após cinco minutos de inatividade e exigindo senha do usuário para desbloqueio.

6.5.2. CLASSIFICAÇÃO DA SEGURANÇA COMPUTACIONAL

Não se aplica.

6.6. CONTROLES TÉCNICOS DO CICLO DE VIDA

Não se aplica.

6.6.1. CONTROLES DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA

Não se aplica.

6.6.2. CONTROLES DE GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA

Não se aplica.

6.6.3. CLASSIFICAÇÕES DE SEGURANÇA DE CICLO DE VIDA

Não se aplica.

6.6.4. CONTROLES NA GERAÇÃO DE LCR

Antes de publicadas, todas as LCR geradas pela AC são verificadas quanto à consistência de seu conteúdo, comparando-o com o conteúdo esperado em relação a número da LCR, data/hora de emissão e outras informações relevantes.

6.7. CONTROLES DE SEGURANÇA DE REDE

Não se aplica.

6.8. CARIMBO DE TEMPO

Não se aplica.

7. PERFIS DE CERTIFICADO E LCR

7.1. PERFIL DO CERTIFICADO

Todos os certificados emitidos pela AC DigitalSign estão em conformidade com o formato definido pelo padrão ITU X.509 ou ISO/IEC 9594-8.

7.1.1. NÚMERO DE VERSÃO

Os certificados emitidos pela AC DigitalSign implementam a versão 3 do padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.1.2. EXTENSÕES DE CERTIFICADO

7.1.2.1. Neste item, a PC descreve todas as extensões de certificado utilizadas e sua criticialidade.

7.1.2.2. Extensões Obrigatórias:

a) "*Authority Key Identifier*", não crítica: o campo keyIdentifier contém o hash SHA-1 da chave pública da AC DigitalSign

b) "*Key Usage*", crítica: configurados conforme disposto no item 7.1.2.7 deste documento

c) "*Certificate Policies*", não crítica, contém:
- O campo policyIdentifier contém o OID desta PC: 2.16.76.1.2.201.16;
- O campo policyQualifiers contém o endereço Web da DPC da AC que emite o certificado: http://www.digitalsigncertificadora.com.br/repositorio/ac

d) "*CRL Distribution Points*", não crítica: contém os endereços Web onde se obtém a LCR correspondente:
- A AC DigitalSign **G3** disponibiliza 2 (dois) repositórios, em infraestruturas de rede segregadas, para distribuição de LCR:
  - http://www.digitalsigncertificadora.com.br/repositorio/ac/ACDIGITALSIGNG3.crl
  - http://www.digitaltrust.com.br/repositorio/ac/ACDIGITALSIGNG3.crl

e) "*Authority Information Access*", não crítica, contém:
- o endereço web onde se poderá obter a cadeia de certificação:
  - Para certificados emitidos pela AC DigitalSign **G3**:
    - http://www.digitalsigncertificadora.com.br/repositorio/ac/ACDIGITALSIGNG3.p7b
- o endereço web onde se pode aceder ao serviço OCSP, através do link:
  - Para certificados emitidos pela AC DigitalSign **G3**:
    - http://ocsp.digitalsigncertificadora.com.br

f) "*Basic Constraints*", crítica, contém o campo cA=False

7.1.2.3. Os certificados emitidos pela AC DigitalSign possuem a extensão "Subject Alternative Name", não crítica, e com os seguintes formatos:

a) Para certificado de pessoa Jurídica:
  a.1) Campo otherName, obrigatório até 31/12/2028, contendo:
    i. OID = 2.16.76.1.3.3 e conteúdo = nas 14 (quatorze) posições o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica titular do certificado.
  a.2) Campos otherName, não obrigatórios, contendo:
    i. rfc822Name, contém o endereço de correio eletrónico do titular do certificado.

7.1.2.4. Os campos *otherName* estão de acordo com as seguintes especificações:

a) O conjunto de informações definido em cada campo otherName é armazenado como uma cadeia de caracteres do tipo ASN.1 OCTET STRING, ou PRINTABLE STRING;

b) Quando os números de CPF, NIS (PIS, PASEP ou CI), RG, CNPJ, CNO ou CAEPF não estiverem disponíveis, os campos correspondentes são integralmente preenchidos com caracteres "zero".

c) Se o número do RG não estiver disponível, não é preenchido o campo de órgão emissor e UF.

d) Quando a identificação profissional não estiver disponível, não deverá ser inserido o campo (OID) correspondente, exceto nos casos de certificado digital cuja titularidade foi validada pela AR de conselho de classe profissional.

e) Todas as informações de tamanho variável, referentes a números, tal como RG, são preenchidos com caracteres "zero" à sua esquerda para que seja completado seu máximo tamanho possível.

f) As 10 (dez) posições das informações sobre órgão emissor do RG e UF referem-se ao tamanho máximo, sendo utilizados apenas as posições necessárias ao seu armazenamento, da esquerda para a direita.

g) Apenas caracteres de A a Z e de 0 a 9, observado o disposto no item 7.1.5.2, poderão ser utilizados, não sendo permitidos os demais caracteres especiais.

h) Não aplicável.

7.1.2.5. Campos otherName adicionais, contendo informações específicas e forma de preenchimento e armazenamento definidos pela AC DigitalSign, podem ser utilizados com OID atribuídos ou aprovados pela AC-Raiz.

7.1.2.6. Os outros campos que compõem a extensão "Subject Alternative Name" podem ser utilizados, na forma e com os propósitos definidos na RFC 5280.

7.1.2.7. As extensões "Key Usage" e "Extended Key Usage" para os referidos tipos de certificado são obrigatórias e devem obedecer os propósitos de uso e a criticalidade conforme descrição abaixo:

a) Para certificados de Assinatura de Resposta OCSP:
   - "Key Usage", crítica: deve conter o bit digitalSignature ativado, podendo conter o bit nonRepudiation ativado;
   - "Extended Key Usage", não crítica: somente o propósito OCSPSigning OID =1.3.6.1.5.5.7.3.9 deve estar presente;

b) Para os demais certificados de Selo Eletrónico:
   - "Key Usage", crítica: deve conter o bit digitalSignature ativado, podendo conter os bits keyEncipherment e nonRepudiation ativados;
   - "Extended Key Usage", não crítica, contém no mínimo o propósito "client authentication" (OID 1.3.6.1.5.5.7.3.2) e poderá conter o propósito "E-mail protection" (OID 1.3.6.1.5.5.7.3.4.

7.1.2.8. Todas as informações utilizadas para preenchimento dos campos do certificado devem ser verificadas.

7.1.3. IDENTIFICADORES DE ALGORITMO

Os certificados emitidos pela AC DigitalSign são assinados utilizando o algoritmo RSA com SHA-256 como função de hash (OID = 1.2.840.113549.1.1.11) conforme o padrão PKCS#1.

7.1.4. FORMATOS DE NOME

7.1.4.1 O nome do titular do certificado, constante do campo "Subject", deverá adotar o "Distinguished Name" (DN) do padrão ITU X.500/ISO 9594. Outros atributos podem ser utilizados, na forma e com os propósitos definidos na RFC 5280.

C = BR
O = ICP-Brasil
E = <endereço de email>
SerialNumber = <número CNPJ>
CN = <Razão Social>

Onde:

O campo DN pode apresentar outros campos "OU". Caso qualquer um dos campos OU não seja utilizado, o mesmo não será apresentado no DN.

NOTA: será escrito o nome até o limite do tamanho do campo disponível, vedada a abreviatura.

7.1.5. RESTRIÇÕES DE NOME

7.1.5.1. Neste item estão descritas as restrições aplicáveis para os nomes dos titulares de certificados.

7.1.5.2. As restrições aplicáveis para os nomes dos titulares de certificados emitidos pela AC DigitalSign são as seguintes:

- Não são admitidos sinais de acentuação, trema ou cedilhas;
- Além dos caracteres alfanuméricos, podem ser utilizados somente os seguintes caracteres especiais:

Caractere	Código NBR9611 (hexadecimal)
branco	20
!	21
"	22
#	23
$	24
%	25
&	26
'	27
(	28
)	29
*****	2A
+	2B
,	2C
-	2D
.	2E
/	2F
:	3A
;	3B
=	3D
?	3F
@	40
****	5C

7.1.6. OID (OBJECT IDENTIFIER) DE POLÍTICA DE CERTIFICADO

O OID desta PC é: 2.16.76.1.2.201.16

Todo certificado emitido segundo essa PC, PC SE-S DigitalSign, contém o valor desse OID presente na extensão Certificate Policies.

7.1.7. USO DA EXTENSÃO "POLICY CONSTRAINTS"

Não se aplica.

7.1.8. SINTAXE E SEMÂNTICA DOS QUALIFICADORES DE POLÍTICA

Os campos policyQualifiers da extensão "Certificate Policies" contém o endereço web da DPC da AC DigitalSign.(http://www.digitalsigncertificadora.com.br/repositorio/ac)

7.1.9. SEMÂNTICA DE PROCESSAMENTO PARA EXTENSÕES CRÍTICAS

Extensões críticas são interpretadas conforme a RFC 5280.

7.2. PERFIL DE LCR

7.2.1. NÚMERO(S) DE VERSÃO

As LCR geradas pela AC DigitalSign implementam a versão 2 do padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 5280.

7.2.2. EXTENSÕES DE LCR E DE SUAS ENTRADAS

7.2.2.1. Neste item são descritas todas as extensões de LCR utilizadas pela AC DigitalSign e sua criticialidade.

7.2.2.2. As LCR da AC DigitalSign obedecem a ICP-Brasil que define como obrigatórias as seguintes extensões:

a) "*Authority Key Identifier*": não crítica: contém o hash SHA-1 da chave pública da AC que assina a LCR;
b) "*CRL Number*", não crítica: contém um número sequencial para cada LCR emitida pela AC que assina a LCR.

A AC DigitalSign define como obrigatória a seguinte extensão para suas LCRs:

a) "*Authority Information Access*", não crítica: contém o endereço web onde se poderá obter a cadeia de certificação:
   - Para certificados emitidos pela AC DigitalSign **G3**:
     - http://www.digitalsigncertificadora.com.br/repositorio/ac/ACDIGITALSIGNG3.p7b

7.3. PERFIL DE OCSP

7.3.1. NÚMERO(S) DE VERSÃO

Serviços de respostas OCSP implementam a versão 1 do padrão ITU X.509, de acordo com o perfil estabelecido na RFC 6960.

7.3.2. EXTENSÕES DE OCSP

Em conformidade com a RFC 6960.

8. AUDITORIA DE CONFORMIDADE E OUTRAS AVALIAÇÕES

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC DigitalSign.

8.1. FREQUÊNCIA E CIRCUNSTÂNCIAS DAS AVALIAÇÕES

8.2. IDENTIFICAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DO AVALIADOR

8.3. RELAÇÃO DO AVALIADOR COM A ENTIDADE AVALIADA

8.4. TÓPICOS COBERTOS PELA AVALIAÇÃO

8.5. AÇÕES TOMADAS COMO RESULTADO DE UMA DEFICIÊNCIA

8.6. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS

9. OUTROS NEGÓCIOS E ASSUNTOS JURÍDICOS

Nos itens seguintes são referidos os itens correspondentes da DPC da AC DigitalSign.

9.1. TARIFAS

9.1.1. TARIFAS DE EMISSÃO E RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS

9.1.2. TARIFAS DE ACESSO AO CERTIFICADO

9.1.3. TARIFAS DE REVOGAÇÃO OU DE ACESSO À INFORMAÇÃO DE STATUS

9.1.4. TARIFAS PARA OUTROS SERVIÇOS

9.1.5. POLÍTICA DE REEMBOLSO

9.2. RESPONSABILIDADE FINANCEIRA

9.2.1. COBERTURA DO SEGURO

9.2.2. OUTROS ATIVOS

9.2.3. COBERTURA DE SEGUROS OU GARANTIA PARA ENTIDADES FINAIS

9.3. CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO DO NEGÓCIO

9.3.1. ESCOPO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

9.3.2. INFORMAÇÕES FORA DO ESCOPO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

9.3.3. RESPONSABILIDADE EM PROTEGER A INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

9.4. PRIVACIDADE DA INFORMAÇÃO PESSOAL

9.4.1. PLANO DE PRIVACIDADE

9.4.2. TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO COMO PRIVADAS

9.4.3. INFORMAÇÕES NÃO CONSIDERADAS PRIVADAS

9.4.4. RESPONSABILIDADE PARA PROTEGER A INFORMAÇÃO PRIVADAS

9.4.5. AVISO E CONSENTIMENTO PARA USAR INFORMAÇÕES PRIVADAS

9.4.6. DIVULGAÇÃO EM PROCESSO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO

9.4.7. OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

9.5. DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

9.6. DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.6.1. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA AC

9.6.2. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA AR

9.6.3. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO TITULAR

9.6.4. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DAS TERCEIRAS PARTES

9.6.5. REPRESENTAÇÕES E GARANTIAS DE OUTROS PARTICIPANTES

9.7. ISENÇÃO DE GARANTIAS

9.8. LIMITAÇÕES DE RESPONSABILIDADES

9.9. INDENIZAÇÕES

9.10. PRAZO E RESCISÃO

9.10.1. PRAZO

9.10.2. TÉRMINO

9.10.3. EFEITO DA RESCISÃO E SOBREVIVÊNCIA

9.11. AVISOS INDIVIDUAIS E COMUNICAÇÕES COM OS PARTICIPANTES

9.12. ALTERAÇÕES

9.12.1. PROCEDIMENTO PARA EMENDAS

Qualquer alteração nesta PC é submetida à aprovação da AC Raiz.

9.12.2. MECANISMO DE NOTIFICAÇÃO E PERÍODOS

Mudança nesta PC será publicado no site da AC DigitalSign.

9.12.3. CIRCUNSTÂNCIAS NA QUAL O OID DEVE SER ALTERADO

9.13. SOLUÇÃO DE CONFLITOS

9.14. LEI APLICÁVEL

9.15. CONFORMIDADE COM A LEI APLICÁVEL

9.16. DISPOSIÇÕES DIVERSAS

9.16.1. ACORDO COMPLETO

Esta PC representa as obrigações e deveres aplicáveis à AC DigitalSign e AR vinculadas. Havendo conflito entre esta PC e outras resoluções do CG da ICP-Brasil, prevalecerá sempre a última editada.

9.16.2. CESSÃO

9.16.3. INDEPENDÊNCIA DE DISPOSIÇÕES

9.16.4. EXECUÇÃO (HONORÁRIOS DOS ADVOGADOS E RENÚNCIA DE DIREITOS)

9.17. OUTRAS PROVISÕES

Esta PC foi submetida à aprovação, durante o processo de credenciamento da AC DigitalSign, conforme o estabelecido no documento CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL [3]. Como parte desse processo, além da conformidade com este documento, foi verificada a compatibilidade entre a PC e a DPC da AC DigitalSign.

10. DOCUMENTOS REFERENCIADOS

Os documentos abaixo são aprovados por Resoluções do Comitê Gestor da ICP-Brasil, podendo ser alterados, quando necessário, pelo mesmo tipo de dispositivo legal. O sítio http://www.iti.gov.br publica a versão mais atualizada desses documentos e as Resoluções que os aprovaram.

Ref.	Nome do documento	Código
[3]	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES INTEGRANTES DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-03
[4]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DE PRÁTICAS DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DE CONFIANÇA DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-17
[5]	REQUISITOS MÍNIMOS PARA AS DECLARAÇÕES DE PRÁTICAS DAS AUTORIDADES DE CARIMBO DO TEMPO DA ICP-BRASIL	DOC-ICP-12

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RFC 3647, IETF - Internet X.509 Public Key Infrastructure Certificate Policy and Certification Practices Framework, november 2003.
RFC 5280, IETF - Internet X.509 Public Key Infrastructure Certificate and Certificate Revocation List (CRL) Profile, may 2008.
RFC 2818, IETF - HTTP Over TLS, may 2000.
RFC 6960, IETF - X.509 Internet Public Key Infrastructure Online Certificate Status Protocol – OCSP, june 200